Proletários de todos os países, uní-vos !

A CLASSE OPERÁRIA

ÓRGÃO DO COMITÊ CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL

Nº 78 | Outubro de 1973 | Ano IX

24º ANO DA CHINA POPULAR

A passagem do 24º aniversário da vitória da Revolução e da fundação da República Popular da China foi saudada com entusiasmo pelas forças revolucionárias do mundo inteiro. Os comunistas brasileiros participam do mesmo júbilo.

A Revolução Chinesa tem significação histórica. Modificou radicalmente os destinos da grande nação da Ásia, abalou em profundidade o sistema imperialista mundial e continua a exercer benéfica influência sobre a humanidade progressista. Tornou-se memorável o fato de as massas secularmente oprimidas e exploradas de um dos mais antigos países da Terra e o mais populoso se terem levantado, sacudindo o jugo da reação interna e externa e estabelecido um regime de democracia popular, sob a direção da classe operária. Isto foi possível porque elas seguiram o caminho indicado pelo Partido Comunista liderado por Mao Tse-tung: uniram-se solidamente para enfrentar seus inimigos fundamentais e empenharam-se numa luta armada prolongada. Os comunistas chineses só puderam cumprir sua missão dirigente porque aplicaram de maneira viva e correta e invencível doutrina do proletariado, o marxismo-leninismo.

Desde 1º de outubro de 1949, a fim de sanar as chagas da velha sociedade, colocar-se numa posição de vanguarda e defender a independência tão duramente conquistada, a China Popular vem realizando gigantescas transformações econômicas, políticas e sociais. A edificação do socialismo baseia-se principalmente no trabalho de seu povo e nos recursos internos e visa a satisfazer os interesses supremos das massas e não os de minorias privilegiadas. São, por isso, formidáveis os êxitos alcançados em todos os terrenos. Operam-se enormes mudanças na fisionomia espiritual de centenas de milhões de seres humanos, participantes cada dia mais ativos da vida política, verdadeiros donos de seu país.

Contudo, não é tarefa fácil eliminar os restos das classes explorado-

Continua na pag. 2

ras, liquidar as desigualdades existentes, impedir a volta do capitalismo e consolidar a ditadura do proletariado. Sob o regime socialista ainda subsistem as classes e a luta de classes, há o perigo da degenerescência burocrática e revisionista, como demonstrou o exemplo negativo da União Soviética que evoluiu pacificamente para o capitalismo e se transformou numa potência imperialista. O povo chinês, por isso mesmo, prosseguiu na revolução e não a considerou como acabada. Sabiamente dirigido pelo Partido Comunista e guiando-se pelo pensamento marxista-leninista de Mao Tsetung promoveu a Revolução Cultural Proletária, cumpre com entusiasmo as diretrizes dos últimos Congressos do Partido a fim de elevar o nível de sua unidade e conseguir vitórias ainda maiores.

A consequente política de paz da China Popular e sua determinação de apoiar invariavelmente e de forma desinteressada as forças que se batem em cada país pela libertação nacional e social granjearam-lhe o reconhecimento e a admiração gerais. Converteram-na no mais poderosos baluarte da revolução, oposto aos planos agressivos do imperialismo, do social-imperialismo e da reação mundial. A China Popular é um fanal de esperança para todos os oprimidos.

O povo brasileiro, que há longos anos vem procurando emancipar-se da dominação estrangeira, em especial da norte-americana, e atualmente enfrenta a ditadura terrorista e vende-pátria dos generais fascistas, sempre manifestou simpatia, prestou solidariedade às heróicas lutas das massas trabalhadoras chinesas e alegrou-se com seus sucessos. Jamais duvidou de que elas permanecerão fiéis ao internacionalismo proletário e sustentarão sem reservas a causa dos que ainda gemem debaixo da canga do capitalismo e do imperialismo. Apóia os esforços da China Popular e de seus dirigentes em favor da constituição de uma frente antiimperialista capaz de resistir aos desígnios hegemônicos e contra-revolucionários dos Estados Unidos e da União Soviética e de assegurar a liberdade e a soberania de todas as nações, grandes ou pequenas, fortes ou fracas.

Ao ensejo do 24º aniversário da República Popular da China, as forças revolucionárias do Brasil auguram novos êxitos ao povo chinês em seu trabalho de edificação do socialismo.

REPRESSÃO SANGRENTA NO CHILE

A reação abate-se violentamente sobre o povo chileno. Os trabalhadores e as massas populares são vítimas de bárbara e cruenta repressão. Tal como no Brasil, na Bolívia e no Uruguai, os generais do Chile recorreram às ar-

Continua na pag. 2

mas para instaurar um regime despótico, profundamente contrário aos interesses do país. Com as mãos tintas do sangue de patriotas e democratas, proclamaram-se salvadores da nação e investiram-se de todos os poderes.

O golpe militar vinha sendo articulado de longa data. Desde a vitória de Salvador Allende nas eleições de 1970, começaram as maquinações contra o presidente eleito. Revelou-se que a ITT norte-americana havia dispendido vultosas somas para impedir a sua posse. É que o novo governo representava forças sociais de caráter popular e defendia uma plataforma cuja execução afetava, de certo modo, a dominação dos monopólios e da oligarquia. Allende não era um radical. Ainda que fizesse solenes declarações sobre o caminho para o socialismo, pretendia, na verdade, realizar somente algumas reformas Assumindo a chefia do Executivo adotou medidas que beneficiavam os trabalhadores e nacionalizou as minas de cobre, intensamente exploradas por poderos truste dos Estados Unidos. Assegurou também direitos democráticos, favorecendo o movimento de massas. Foi o quanto bastou. As forças reacionárias não toleram, hoje, nem mesmo os paliativos reformistas e sobretudo a liberdade para o povo. Em estreita aliança com os monopolistas estadunidenses, ativaram a trama golpista. Apelaram para os recursos mais sórdidos, desde o bloqueio econômico até as greves patronais. E a 11 de setembro puseram os tanques e as metralhadoras nas ruas, espalharam o terror entre a população indefesa.

Desfechado o golpe, a reação tratou de justificá-lo atribuindo a culpa à Administração de Allende que teria levado o Chile ao caos e à completa deterioração da economia. É óbvio, porém, que a grave situação a que chegou o país decorreu, fundamentalmente, da ação contrarevolucionária dos setores retrógrados que tudo fizeram para manter intocáveis seus privilégios e para sabotar ou neutralizar as iniciativas progressistas do Executivo. Sem condições para levar a cabo uma orientação efetivamente revolucionária, Allende não podia superar as dificuldades criadas por seus adversários nem vencer a crise política em desenvolvimento. Viu-se esmagado entre as tenazes da conspiração oligárquica e imperialista.

O que sucedeu no Chile evidencia, ainda uma vez, que as forças obscurantistas e o imperialismo norte-americano já não conseguem assegurar seu domínio na América Latina respeitando as antigas formas constitucionais. Elevou-se grandemente o nível de consciência cívica de boa parte da população. Os trabalhadores e as massas populares exigem a liquidação das causas do atraso do país e a libertação da dependência estrangeira, querem conquistar a verdadeira independência nacional, alicerçar um regime de progresso e justiça social. Para sufocar os anseios do povo, as classes dominantes e os espoliadores internacionais só vêem uma saída: pôr fim aos mais

continua na pág. -

elementares direitos democráticos e instaurar um sistema terrorista de governo.

O instrumento dessa política são as Forças Armadas, cada vez mais divorciadas do sentimento nacional. Grande é o número de generais latino-americanos intimamente ligados ao Pentágono que passaram pelas Escolas Militares dos Estados Unidos. Obedecendo planos traçados em Washington, cumprem o indigno papel de gendarmes do capital financeiro contra seus próprios povos. Pinochet, Leight, Bonilha e caterva são figuras desse naipe. Atacaram como cães raivosos as massas populares. Não vacilaram em assassinar friamente o presidente Allende e incendiar e destruir o Palácio de la Moneda, monumento histórico de Santiago. Fuzilaram operários e camponeses, trucidaram estudantes, executaram sumariamente políticos de esquerda, nada respeitaram na fúria bandidesca e covarde de levar adiante os projetos de seus amos norte-americanos e da odiada oligarquia chilena. Mal se haviam assenhoreado do Poder, afirmaram, através do general Gustavo Leigh, que "serão abertas as portas para os capitalistas estrangeiros que queiram se estabelecer no país" e que para reconstruir o Chile "se deve apertar o cinto". As Forças Armadas já não são simples escudo protetor da velha ordem. Os generais ocupa, abertamente a arena política, assumem todos os postos governamentais. Sua estratégia é a da guerra permanente contra o povo, que reputam o inimigo principal a combater. Seus métodos são tipicamente fascistas.

Aos povos latino-americanos não resta outra alternativa senão a revolução. O chamado caminho pacífico sustentado pela burguesia reformista e pelos revisionistas é inviável. Serve apenas para entorpecer a vontade de luta dos oprimidos e desarmá-los moral e praticamente diante de um adversário virulento e impiedoso. Sem dúvida, o caminho revolucionário não exclui a utilização dos meios legais, que devem ser defendidos firmemente. Em certas circunstâncias, admite alianças capazes de conduzir à eleição de governos democráticos. Mas os revolucionários não enganam as massas com soluções quiméricas. Despertam sua consciência e preparam-nas perseverantemente para enfrentar a inevitável brutalidade dos exploradores. Dizem abertamente quem são os inimigos e como combatê-los. Sem destruir os intrumentos de poder das forças retrógradas é impossível conquistar uma vida livre e feliz.

Salvador Allende dominava o governo, mas não tinha o Poder. Já sua posse fora condicionada a exigência de não se imiscuir nos assuntos das Forças Armadas e tampouco restringir, no mínimo que fosse, a atividade das correntes reacionárias. Tornou-se incapaz de esmagar a contra-revolução que operava de maneira insolente e aberta. Os revisionistas, membros proeminentes do governo e um dos pilares da Unidade Popular, tudo faziam para não contra

riar a reação. Pleiteavam o direito de livre atuação para os setores mais encarniçadamente antidemocráticos, enquanto se opunham a que as forças populares tomassem quaisquer medidas de defesa que pudessem suscitar a desconfiança dos militares. Às vésperas do golpe, Luís Corvalan, secretário-geral do denominado Partido Comunista Chileno, lançou a palavra-de-ordem: "tudo deve ser feito para evitar a guerra civil". Mas quem preparava a ação armada em larga escala? Como se poderia evitá-la? Se alguma forma havia para barrar o intento dos generais era precisamente a mobilização vigorosa das massas orientada contra a trama que se realizava nos quartéis. Ao invés de denunciar os preparativos intensos e a iminência do putch e de chamar o povo à luta para resguardar suas conquistas e a democracia, Corvalan tratava de atar de mãos e pés os trabalhadores recomendando-lhes cautela a fim de não dar pretextos aos gorilas. Assim pensava evitar a guerra civil. Entretanto, os revolucionários nunca temeram esse tipo de guerra que é sempre imposta pela opressão e pela violência das classes caducas. Bem ao contrário, Toda a sua atividade deve conduzir os oprimidos a utilizar oportunamente as armas contra seus opressores. Corvalan endeusava as Forças Armadas do Chile e alimentava ilusões em seus pendores supostamente democráticos. Em entrevista gravada em novembro do ano passado, ele dizia: "Compreendo ser inconcebível para o pensamento revolucionário marxista, pelo menos para a ortodoxia, a existência de um sistema socialista consolidado, avançado, sem que este sistema conte com Forças Armadas comprometidas com o processo". E acrescentava: "Fenômenos novos, mudanças muito perceptíveis, mas inimagináveis há alguns anos, há algumas décadas, produzem-se em instituições que pareciam impenetráveis aos ventos renovadores da sociedade, como a Igreja Católica e as Forças Armadas. Digo isto porque creio ser muito provável que em nosso país, neste terreno, também se operem mudanças por caminhos inimagináveis por caminhos insuspeitados". E explicitou que, amanhã, " os militares chilenos poderiam estar não somente pela Constituição, mas pelo socialismo". Era a mesma falsa apreciação do caráter das Forças Armadas feita por Luís Carlos Prestes e seus sequazes às vésperas do golpe de 1º de abril de 1964, a mesma linha oportunista. Corvalan concebia o socialismo no Chile sem forças armadas populares criadas pelas massas trabalhadoras. Para ele bastava que as Forças Armadas das classes dominantes estivessem comprometidas com o processo. Acreditava que os Pinochet, Leigh, Bonilla e Toríbio Merino eram partidários da Constituição, quiçá do socialismo ! Achava que eles estavam comprometidos com o caminho pacífico... Agora, os revisionistas posam de vítimas, quando são, na verdade, traidores da causa do povo.

Tentando camuflar a posição de seus seguidores, os revisionistas sovié-

Continua na pág. 2

ticos rompram relações diplomáticas com a Junta Militar. Este ato seria uma afirmação de sua conduta democrática e uma manifestação de solidariedade com o povo chileno. Estariam, assim, ao lado dos que se opõem ao militarismo e à repressão fascista... Mas tudo não passa de uma farsa. Acaso a União Soviética não anda de braço dado com a ditadura militar do Brasil? Não apóia a ditadura fascista de Lon Nol no Camboja? Não ajuda os generais que mataram centenas de milhares de comunistas na Indonésia? Breshnev e companhia não elogiaram tantas vêzes o pretenso novo papel desempenhado pelas Forças Armadas na América Latina? O significado real desse rompimento de relações só pode ser o de procurar esconder a grave derrota política experimentada pela linha do XX Congresso do PCUS e por seus apaniguados do Chile, salvar as aparências e lançar uma cortina de fumaça para confundir as massas populares.

O povo chileno sofreu um sério revés. Mas saberá tirar lições da experiência vivida, reorganizará suas forças, intensificará a luta armada e acabará derrubando a ditadura militar. Os trabalhadores cerrarão fileiras em torno da vanguarda marxista-leninista. A bárbara repressão no Chile não é sintoma de poderio, mas de fraqueza dos reacionários e do imperialismo. Prova claramente o quanto se aguçaram as contradições básicas da sociedade que reclamam solução urgente e radical. Mostra que a razão está do lado das correntes efetivamente revolucionárias.

Dos acontecimentos verificados nesse país dos Andes destacam-se duas indicações promissoras: a primeira é o surgimento da resistência com armas; a outra, o crescimento e o vigor que apresenta o movimento democrático mundial. Apesar da fraude revisionista, trabalhadores e populares, mesmo despreparados para o combate mais enérgico, não permaneceram inativos. Enfrentaram os militares com os parcos recursos de que dispunham e derramaram seu sangue defendendo heroicamente seus direitos. Durante vários dias, nas fábricas e nas escolas, nos bairros e povoados, surgiram focos de ação armada que ainda perduram e tendem a se multiplicar. Isto demonstra que vai aumentando, mais e mais, o nível das lutas na América Latina e que a idéia da luta armada penetra crescentemente na consciência das massas. Há dez anos passados, no Brasil, o golpe não encontrou qualquer obstáculo de vulto. Já no Uruguai, o proletariado ocupou as fábricas e durante duas semanas sustentou combativa greve de condenação aos golpistas. Agora, no Chile, a resistência alcançou um ponto mais alto. É cada vez maior a disposição de luta dos que vivem oprimidos na América Latina. Eles começam a compreender o verdadeiro caminho para sua libertação. A outra indicação não é menos significativa. Alcançou grande ressonância o clamor das forças democráticas mundiais contra a rebelião militar do Chile. Este fato indica

o avigoramento dos anseios de democracia entre as grandes massas do povo de todos os continentes. O movimento democrático mundial, na década de 30, foi poderoso fator de mobilização da opinião pública para barrar o caminho ao fascismo. Durante a guerra da Coréia, jogou também enorme papel. Demonstrou grande vitalidade em apoio à luta na Indochina. Agora, apresentou-se com amplitude e profundidade. Em quase todos os países adquiriu enorme projeção o protesto contra a ação sanguinária e prepotente de Pinochet e seus parceiros. A classe operária, em particular, participou com destaque dessa condenação geral. Albânia e China manifestaram sua repulsa. Na pátria de Enver Hodja, realizaram-se comícios, desfiles, importantes e concorridos atos de solidariedade proletária. Na França, Itália, Alemanha, Inglaterra, na Argentina e Venezuela efetuaram-se greves de apoio aos trabalhadores da nação irmã. Em toda parte, houve expressiva reprovação ao golpe. Esta mobilização de âmbito internacional contribui para isolar as forças mais reacionárias e fortalecer as correntes democráticas em cada país. Devido à resistência do povo chileno e às manifestações do protesto em todo o mundo, a façanha das Forças Armadas do Chile vai-se transformando em fragorosa derrota que atinge também as ditaduras militares do Continente.

O povo brasileiro está ao lado do povo chileno. Condena com toda a energia o golpe militar dos lacaios dos Estados Unidos, que atingiu não somente o Chile mas toda a América Latina, assim como o apoio que lhes prestaram os generais fascistas do Brasil. Protesta contra o assassinato em massa de patriotas e democratas. Repudia as infames perseguições aos asilados políticos. Está certo que os revolucionários chilenos acabarão vencendo, quaisquer que sejam as dificuldades a superar.

PRENÚNCIO DE TORMENTAS NO CAMPO

O panorama do interior brasileiro apresenta-se sombrio, prenunciando tormentas. É calamitosa a condição de milhões de famílias trabalhadoras da gleba. Em consequência da política da ditadura militar os latifúndios continuam a expandir-se, os consórcios capitalistas do país e do exterior penetram avidamente na agricultura, agravam-se as contradições entre o regime dominante e as massas camponesas e indígenas ansiosas por terra, justiça e liberdade. Ressurge e se desenvolve o movimento camponês que, em alguns lugares, assume a forma de luta armada, como no sul do Pará ou de choques abertos com as forças da reação e do governo. Isto tem enorme importância para o êxito do processo de emancipação nacional e social do povo

brasileiro. Cumpre ao proletariado e às forças progressistas dar-lhe a mai atenção e prestar-lhe decidio apoio.

ACENTUAM-SE AS DESIGUALDADES SOCIAIS

Se bem que as populações do campo sempre tenham vivido ao abandono, sem recursos, entregues à exploração sem freios dos latifundiários e sofrer do toda a espécie de injústiças, sua situação piorou após 1964. Boa parte dos lavradores remediados está empobrecendo rapidamente. Dezenas de milhares de posseiros são vítimas de esbulhos e expulsos de maneira violenta das terras em que trabalham. Milhões de camponeses pobres, de semiproletários e de peões se convertem em escravos ou semi-escravos dos novos empresários rurais. Na Amazônia, no Nordeste, no Vale do Jequitinhonha, até mesmo no Paraná e em São Paulo, numerosas famílias camponesas passam fome ou estão sendo desalojadas a ferro e fogo dos lares que construíram, jogadas ao deus-dará. Torna-se alarmante a miséria dos que labutam no campo enquanto se alastram as pastagens para o gado e se intensificam os cultivos de produtos agrícolas para a exportação. Hojo, nas fazendas, disse um peão, " o trabalhador pode entrar como gente, mas só sai fugindo, como se fosse um assassíno". Além de perceberem ínfimos salários, os peões não gozam de nenhum direito. Mesmo as estatísticas oficiais, deliberadamente falsificadas, atestam que, no interior, de 65 a 85% das pessoas ativas ganham menos de 100 cruzeiros mensais. O certo é que existe alta percentagem das que não têm nenhum rendimento. Todavia, Médici, em seu último pronunciamento a respeito da assistência ao trabalhador rural, fingiu-se preocupado em melhorar-lhe a sorte. "As medidas do governo - disse ele - poderão contribuir para que diminua o êxodo rural, para que se elimine das cidades o triste espetáculo da indigência e para que se venha a superar o desequilíbrio entre a cidade e o campo, onde concentra ainda a maior parte de nossa população".

Na realidade, o contrário é o que se dá. Salta à vista o aumento das desigualdades sociais, em particular na distribuição da terra. Com o crescimento demográfico acentuou-se o contraste entre a minoria dos latifundiários e a grande maioria dos que não possuem terras ou só a possuem em pequeníssimas parcelas. Embora os latifundiários não aproveitem em média nem 15% de suas propriedades, sua ambição é descomunal. Voltam-se sobretudo para a Amazônia, onde a ditadura lhes oferece glebas imensas por preço de banana. O INCRA anuncia a venda de terrenos públicos em lotes não inferiores a 50 mil hectares. Poderosos grupos econômicos nacionais e estrangeiros estão adquirindo dezenas de milhões de hectares na região. O multi-

milionário norte-americano Daniel Ludwig já se instalou numa área de um milhão e meio de hectares às margens do rio Jari, no Pará. Numeroso grupo de empresários do Centro-Sul do país, que foi acompanhado pelo ministro do Planejamento numa visita à Amazônia, dispôs-se, de saída, a comprar 2 milhões de hectares. Um dêles, Enio Pipino, da Sinop Terras, comprometeu-se a adquirir 400 mil hectares num trecho da estrada Cuiabá-Santarém. O governador do Maranhão informa que mais da metade da superfície do Estado, precisamente 168 mil quilômetros quadrados está reservada para grandes projetos agro-pecuários privados. No sul do Pará e em diversas zonas do Maranhão e de Goiás, os castanheiros, os quebradores de coco babaçu e trabalhadores em atividades similares se viram proibidos de recorrer a seu tradicional meio de vida porque as terras foram monopolizadas e transformadas em pastos. Como reflexo da euforia desse avanço capitalista circulam lemas tão extravagantes como estes: "Pobre tem que acompanhar o movimento. Quem já fez, já fez; quem não fez, não faz mais". "Chegou a hora de Rondônia". "O Acre só poderá progredir se for vendido para as grandes companhias agro-pecuárias".

Entretanto, que sucede às chamadas frentes camponesas de ocupação, às correntes migratórias nordestinas e de outros lugares que se estabeleceram nos limites leste, sul e sudoeste da Amazônia legal, anteriormente seguindo o curso das vias fluviais e atualmente acompanhando as estradas em construção? Que acontece com os índios, que destino os aguarda? A cada dia todos compreendem de onde vêm a ameaça e perdem as ilusões quanto a seu futuro. Um dos camponeses de Pau Ferrado, no Maranhão, a propósito da expansão latifundiária, declarou: "O limite deles é o mundo todo e querem expulsar a gente da beira do rio. Se sairmos daqui, vamos morrer todos. Por isso defendemos as terras". No mesmo sentido se pronunciam os índios. Enfim, os trabalhadores sentem que o novo cativeiro está de volta com as fazendas capitalistas e a implantação de colônias pela ditadura militar.

A POLÍTICA AGRÁRIA DOS GENERAIS

Desde que instauraram seu regime, em 1964, os generais procuram salvaguardar os privilégios dos latifundiários, liquidar o movimento do campesinato que arvorava a palavra-de-ordem de "reforma agrária na lei ou na marra" e submeter os trabalhadores rurais. As velhas formas de propriedade da terra e o caduco sistema imperante no campo ainda demonstram muita força. A despeito, porém, do desenvolvimento capitalista, do dinamismo do setor industrial, de todo o alarde sobre o incremento da exportação

da

de manufaturados, o peso dos produtos agro-pecuários no total do comércio externo, direta ou indiretamente, se mantém na casa dos 70%. Por isso, quando esteve na Câmara dos Deputados para ouvir as queixas dos representantes dos grandes agricultores e pecuaristas, Delfim Neto lhes disse que não tinham razão porque seus lucros eram fabulosos, em particular com o café. Mas, é evidente, eles querem ganhar ainda mais visto que o mercado mundial está ofertando altos preços pela carne, o soja, o algodão, o cacau, o açucar, a madeira, etc. Tanto os latifundiários como a grande burguesia, da mesma forma que os trustes internacionais, estendem desmedidamente as cercas de suas propriedades e reclamam do governo mais ajuda. Ao mesmo tempo, vêem-se na necessidade de introduzir alterações na velha estrutura fundiária a fim de elevar o nível da técnica e da produtividade para obter maiores rendimentos. Os tecnocratas aconselham-lhes modificações porque constatam que mesmo no Rio Grande do Sul, onde o capitalismo progrediu de modo relativo na agricultura, a média de produtividade dos principais produtos, nos últimos vinte anos, conservou-se estacionária. Refletindo idêntica preocupação, o ministro Moura Cavalcânte considera urgente diminuir o descompasso entre o setor agrícola e o industrial. A par disso, os generais precisam reforçar seus pontos de apoio político no campo, pois têm conhecimento de que as massas camponesas não abandonaram suas aspirações nem deixaram de lutar por elas. Sabem que os interesses de mais de uma dezena de milhões de lavradores pobres e espoliados são incompatíveis com o atual regime e a ditadura militar que o protege.

Qual então o caminho tomado pelos generais? Foi o de acelerar a adaptação do sistema vigente de propriedade da terra às necessidades do avanço capitalista na agricultura. Marx já assinalava quê o capitalismo, em seu crescimento, "cria para si as formas correspondentes de relações agrárias, partindo das velhas formas de posse da terra". É o que se observa no Brasil. Na medida em que isto ocorre, a grande burguesia e os imperialistas se territorializam e o regime de propriedade rural vai-se configurando, assumindo feições próprias. Os processos que adota para se consolidar são variados. Desde logo, porém, está excluída qualquer possibilidade de esse regime promover o desenvolvimento harmônico da indústria e da agricultura, de estabelecer a igualdade entre a cidade e o campo. Ao contrário, são características fundamentais do capitalismo a subordinação do campo à cidade e o atraso da agricultura em relação à indústria.

É antigo no Brasil o procedimento das classes dominantes de acenar para as massas despossuídas com terrenos devolutos porém distantes e depois

enxotá-las por meios fraudulentos, pela violência, quando deles necessitam. O fenômeno agora se repete em maior escala. E, naturalmente, com novas conotações, em virtude de haver crescido o movimento pela posse da terra. Isto explica as tentativas da ditadura no sentido de solucionar à sua maneira o problema agrário. No governo de Castelo Branco, sob a égide de Roberto Campos, ministro do Planejamento e um dos teóricos do entreguismo, foi elaborado um Estatuto da terra com o objetivo de ajustar o sistema fundiário aos interesses da grande burguesia e do imperialismo, fazendo ínfimas concessões aos camponeses pobres. Esta lei, de caráter burocrático, não foi aplicada. Costa e Silva logo a colocou de lado e julgou mais conveniente decretar algumas medidas de menor alcance em zonas prioritárias, ou seja, de elevada tensão social. Concomitantemente, proibiu que estrangeiros comprassem lotes superiores a 5 mil hectares em áreas contíguas. Apesar disso, os latifundiários lhe opuseram sérias resistências. Esta medida restritiva foi anulada pelo primeiro ato da Junta Militar que depôs Costa e Silva. Também ficaram sem efeito providências anteriormente tomadas por governos estaduais, como o do Pará, que beneficiavam alguns setores camponeses com o fito de esvaziar o movimento pela ocupação de terras em diversos municípios. Com a ascenção de Médici ao poder, o assunto da reforma agrária entrou em compasso de espera, embora a corrida para a Amazônia se precipitasse e a situação das massas do interior pioras se devido à crise crônica, à tremenda carga de impostos e a outros fatores.

Premido por tais condições objetivas e com o propósito de amainar o descontentamento dos camponeses, em particular no Nordeste onde a seca voltara a se constituir em flagelo, Médici lançou o PROTERRA, o PIN, bem como outras iniciativas no estilo. Um rápido exame destes dois "projetos-impactos" permitirá avaliar o cunho latifundiário-capitalista e anticamponês da política dos generais e concluir pela inevitabilidade do crescimento das tensões no campo.

O PROTERRA

O Programa de Redistribuição de Terras e Estímulos à Agro-Indústria do Norte e Nordeste - PROTERRA - completou dois anos de vigência. Apregoava falaciosamente "promover o mais fácil acesso do homem à terra e criar melhores condições de emprego da mão-de-obra", Devia ser realizado de modo prioritário em 150 municípios de Pernambuco, Paraíba e Ceará onde existem calculadamente mais de um milhão de famílias pobres. Dispunha de uma verba de 4 bilhões de cruzeiros para a compra de terras inaproveitadas dos latifundiários e o fomento à agro-indústria. Os lotes seriam vendidos a pessoas indicadas pelos próprios latifundiários. Estes determinariam o

o tipo de cultura a ser adotado, dariam aval de 20% do débito contraído com as instituições financiadoras e elaborariam os projetos, dentro de um prazo estipulado, para aprovação do Banco do Brasil e do INCRA. Caso os latifundiários não apresentassem expontaneamente o plano de cessão de part de suas glebas, estas seriam desapropriadas com indenização.

A princípio houve relutância dos grandes proprietários em concordar com essa pretensa reforma agrária. Depois, devidamente "esclarecidos" sobre a finalidade real do PROTERRA, apressaram-se em participar. O INCRA tratou então de fazer o cadastramento das áreas postas à disposição do governo para a "redistribuição" entre os escolhidos.

Passados dois anos, o ministro da Agricultura, homem notoriamente ligado aos uzineiros de Pernambuco, informou que dos 108 projetos encaminhados, "todos apresentavam irregularidades". Os usineiros exigiam pelas terras preços mais elevados que os propostos pelo governo (já bastante altos); utilizavam testas-de-ferro para comprar os lotes assim como para obter grandes financiamentos em proveito de seus próprios negócios; enfim, faziam tantas chicanas que o ministro, para não se ver totalmente desmascarado, vociferou: "Para implantar a reforma agrária usaremos, se necessário, medidas de caráter cirúrgico". Entretanto, os latifundiários não mudaram de conduta porque a ameaça não é para valer. Tanto assim que um jornal insuspeito como o "O Estado de S.Paulo", comentou: "Já se sabe que não ocorrerá qualquer desapropriação na área do Nordeste considerada prioritária para a reforma agrária", aduzindo: "Superestimando ou subestimando a decisão do governo, a maioria dos usineiros pernambucanos não apresentou projetos de parcelamento das áreas inaproveitáveis". Para a Zona da Mata, por exemplo, a de maior densidade demográfica, apenas sete projetos foram liberados, com o equivalente a 18.276 hectares. Segundo funcionários do INCRA só mil famílias terão possibilidades de pagar as terras e sujeitar-se às imposições do Programa. Lá, porém, existem mais de 200 mil famílias sem terra e trabalho. Assim, o resultado aparece como verdadeiramente irrisório.

O PROTERRA é de fato um engodo para os camponeses e um ótimo negócio para os usineiros que estão saldando suas dívidas, modernizando suas usinas, formando consórcio para dominar o mercado do açucar, adquirindo mais e melhores terras, enquanto cerca de 4 milhões de famílias nordestinas se vêem acossadas pela falta de emprego, pela fome e a miséria. Na Zona da Mata, a maior produtora de açucar em Pernambuco, vigora o sistema através do qual o trabalhador tem de dar dois ou três dias de serviço gratuito por mês ao proprietário que lhe cede a moradia ou um pedaço de chão para plantar. 87% das habitações estão vinculadas a este sistema, conforme le-

vantamento realizado pelo Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, em 1971. Esse levantamento mostra ainda que o grau de nutrição do trabalhador rural é inferior ao dos escravos que labutavam na palha da cana, em 1880. E o Presidente da Federação dos Sindicatos de Trabalhadores Rurai de Pernambuco relata que, na Zona da Mata, o salário-mínimo é uma ficção porque o assalariado ganha por tarefa e esta leva sempre mais de um dia para ser executada. Além disto, esclarece: "desde que eu era menino, a diária de trabalhador da cana correspondia ao quilo do charque. Mas hoje ele recebe 7 cruzeiros por dia e o quilo do charque custa 12 cruzeiros." Portanto, o incessante êxodo rural e o aumento das populações marginalizadas de Recife, Fortaleza e outras cidades, não sucedem fortuitamente. Resultam da política dos generais a qual só faz exacerbar as injustiças e o drama social do Nordeste. Para remediá-los, as iniciativas reformistas e as obras assistenciais do padre Melo, além de insuficientes, são contraproducentes. Ajudam objetivamente a ditadura e prolongam a agonia e os sofrimentos dos camponeses.

A AMAZÔNIA E O PIN

A condição para uma justa e completa utilização do formidável fundo agrário constituído pela Amazônia seria a existência no país de um regime verdadeiramente emancipado, tanto dos restos feudais como do jugo imperialista, um regime democrático popular. Como, porém, nosso povo não goza de direitos, está oprimido, vive no atraso e na ignorância, a ocupação da Amazônia vem sendo feita em obediência aos interesses da reação interna e dos trustes internacionais e revela a verdadeira natureza do sistema em vigor no Brasil.

A reforma agrária de Médici, que ele mistificadoramente chama de integração e povoamento da Amazônia, está contida no PIN, Plano de Integração Nacional. Sob o pretexto de vender terras a colonos ao longo da Transamazônica, este plano nada mais é que uma cortina para favorecer a expansão dos latifundiários. As áreas prioritárias, assim como as agrovilas que mandou estabelecer em Altamira, Marabá e Itaituba constituem uma forma enganadora de apresentar interesse pelo progresso da região com a finalidade de encobrir seus objetivos antinacionais e antipopulares.

Ainda recentemente fazia-se intensa publicidade a respeito da fixação de camponeses nas agrovilas, aos quais chegaram a ser transportados por avião. o INCRA prometia aí instalar 10 mil famílias em 1971, 100 mil em 1974 e 1 milhão em 1980. Depois de abril de 1972, quando começou a luta guerrilheira no Araguaia, as notícias sobre a ida de lavradores e a propaganda oficial a esse respeito arrefeceram e, a bem dizer, desapare-

ceram. Sem ter cessado de todo o fluxo migratório, o certo é que em fins de 1972 se haviam mudado para as agrovilas apenas 3.872 famílias. Muitos colonos, porém, as abandonaram porque não condiziam com as promessas feitas pelo governo devido à improvisação, ao burocratismo e, em especial, a seu caráter policial. As agrovilas assemelham-se a aldeias estratégicas, sob o controle do Exército. "Aqui não se vê nada do que é prometido por aí", mandou dizer em carta a um seu compadre do Ceará, o chefe de uma das famílias que lá se alojaram. Essa a opinião generalizada entre os moradores.

Não tardou, contudo, que Médici, desvendando seus reais propósitos, conclamasse abertamente os grupos econômicos a "promover o desenvolvimento"da Amazônia. Seus porta-vozes declararam que a mesma "se destina essencialmente aos grandes empreendimentos". Afirmam cinicamente que estes não prejudicarão as pequenas propriedades, antes facilitarão seu florescimento. Concitam os empresários capitalistas a "liquidar o mito criado a respeito da gravidade do desflorestamento" da área. "Quanto mais pastagens, melhor" - clamam os tecnocratas da ditadura. Desde muito, o governo vinha concedendo, através de órgãos como a SUDAN, toda espécie de incentivos, financiamentos e favores para a implantação aí de fabulosos projetos agropecuários. Agora, os estímulos são maiores. Só o Banco do Brasil, em 1972, entregou a fazendeiros paulistas, mineiros e paranaenses 200 milhões de cruzeiros para serem lá investidos.

Desse modo, a promessa de Médici de localizar nas terras amazônicas 1 milhão de famílias não passou de cobertura a fim de levar adiante sua política anticamponesa. Para comprová-lo basta constatar o que vem acontecendo em quase toda a extensão das fronteiras internas da Amazônia legal. Os conflitos do sul do Pará, de Porto Lacerda, de Pau Ferrado, de São Felix do Araguaia, de Santa Terezinha e outros fazem parte da mesma onda de violências desencadeada pela ditadura contra o campesinato. Envolvem dezenas de milhares de posseiros e trabalhadores rurais, bem como diversas tribos indígenas, todos vítimas da prepotência dos latifundiários e dos generais fascistas a seu serviço.

TRABALHO ESCRAVO

Um dos aspectos mais clamorosos do que sucede na Amazônia é o tratamento dispensado aos assalariados agrícolas. De há muito vinha sendo denunciada a existência de trabalho escravo na Jarilândia, na Codeara, na Frenorte e em muitas outras explorações agropecuárias sediadas na região. Não obstante, a ditadura fazia ouvidos de mercador a tais denúncias. Em

visita à Jarilândia, este ano, Médici excedeuese em elogios aos planos de Daniel Ludwig. Avolumaram-se, porém, as críticas e as autoridades viram se obrigadas a criar o Subgrupo Volante de Inspeção ao Trabalho. Ainda assim, mesmo os jornais reacionários disseram que este órgão nada iria apurar pois avisava os fazendeiros antes das viagens de inspeção, deles recebendo aviões para o transporte. De fato, seu primeiro relatório, os funcionários, afirmando não existir trabalho escravo, confirmaram ser "inumana a condição de vida dos peões", os quais "se alimentam de farinha e bolcha com água" e não contam com assistência médica. Concluíram que os peões são vítimas dos "gatos" - intermediários na contratação de mão-de-obra barata para os empresários rurais. Estes recusam-se a empregar diretamente os trabalhadores a fim de não assumirem qualquer responsabilidade legal ou social. Não ganhando o suficiente para viver, os peões contraem dívidas e outros comrpomissos com os "gatos" . Vendo-se sem saída, muitos deles buscam a liberdade na fuga através das selvas, onde em geral encontram a morte. O relatório não foi além destas constatações. Entretanto, pergunta-se: de quem a culpa por essas barbaridades? É claro que cabe principalmente aos fazendeiros. Para se ter uma idéia da mentalidade e do comportamento destes é suficiente ter em conta o que disse um deles, Roberto Kacinski, dono também de grande indústria em São Paulo. "Onde posso escapar de contratar mensalistas, escapo", esclarecendo: "Está certo que o peão tem um serviço ingrato, que ele mora em casebre e come arroz, feijão, tem bons antecedentes. Às vêzes não tem nem documento. É a pior raça que existe".

Declarações tão monstruosas precisam ser conhecidas por todos os trabalhadores das cidades e do campo. Ajudarão, sem dúvida, a elevar sua consciência de classe.

INDIOS AMEAÇADOS

Em relação aos índios, as consequências da política da ditadura são particularmente funestas. A FUNAI, nova sigla do órgão oficial indigenista, trombeteia que o Estatuto do Índio garante a este "a posse da terra e o usufruto das riquezas naturais nela existentes", " o pleno exercício de seus direitos civis e políticos" e outras prerrogativas. No entanto, a prática é bem diversa do que diz o Estatuto. A perspectiva com que se defrontam os silvícolas da região a ser cortada pela Perimetral Norte é sombria. Esta estrada, onerosa e de caráter estratégico, começará em Macapá, às margens do Oceano Atlântico, e irá até a cidade acreana de Cruzeiro do Sul, numa distância de quase dois mil e quinhentos quilômetros. Atravessará os Territórios do Amapá e Roraima e parte dos Estados do Pará,

Amazonas e Acre abrangendo uma área de um milhão e trezentos mil quilômetros quadrados. Quantas tribos aí existem? A FUNAI não sabe, embora requeira verbas exorbitantes para lá cumprir sua missão. Enquanto isso, os empreteiros da Perimetral afirmam que não podem aguardar pelas medidas de "pacificação" dos indígenas, porquanto o governo está pressuroso pela construção da estrada. Os pecuaristas de Roraima, que já converteram os índios Macuxis, Vapixanas e outros vaqueiros semi-escravos, esperam que o trabalho da FUNAI lhe facilite a sujeição de novas tribos.

Mais escandaloso ainda, é o que está acontecendo com os Xavantes. Desde 1920, quando as chamadas frentes pioneiras atingiram as regiões onde eles habitavam, surgiu o reclamo da preservação de suas terras para que pudessem sobreviver. No momento, pesa sobre seu futuro séria ameaça. Os latifundiários de Mato Grosso e Goiás querem expulsá-los definitivamente das terras pertencentes aos índios. Insistem em que o governo revogue a decisão de mandar demarcar as reservas de São Marcos, Sangradouro, Areões e outras, no norte de Mato Grosso, destinadas aos Xavantes. Falam em empregar a violência para obrigá-los a sair. Em nome dos fazendeiros, Gastão Muller, deputado matogrossense, disse a Médici que eles "não estão dispostos a abrir mão de suas propriedades". Em outra oportunidade, assegurou que "se os fazendeiros quisessem poderiam ter partido há muito tempo para uma luta armada, e seria muito fácil vencer os índios". Outro fazendeiro, Geraldo Figueiredo, declarou que "é preciso acabar com eles", porque "estão entravando o desenvolvimento nacional". O jornal que publicou essas belicosas declarações comenta que "são raros entre os donos de terra aqueles que admitem o direito do índio ter sua reserva para viver como quiser".

Não é de admirar, por conseguinte, que os dois mil e quinhentos xavantes remanescentes manifestem inquietação diante do retardamento da FUNAI na demarcação das reservas. E que procurem se unir para defender-se. Por intermédio de seus chefes, assim se exprimiram: "Não queremos luta, mas se tivermos de lutar não vamos ter medo". Um deles referiu que " o sol e a lua continuam os mesmos no céu, mas nossa terra está ficando pequena, a caça vai sumindo e a gente caindo doente. Agora a FUNAI diz que as reservas são nossas, mas não demarca as terras, enquanto o fazendeiro diz que não sai de lá(...) A FUNAI afirma que se eu lutar, existe a cadeia para mim. Não temo ir para a cadeia, pois estarei lutando pelo meu povo, pela terra, a única riqueza que o índio tem na vida". A seguir observou: "Antes eu pensava que somente os índios sofriam. Agora estamos vendo que o branco despreza também seus irmãos, deixando que até as criancinhas tenham de catar lixo ou pdeir esmolas para comer(...) Porque só os mais ricos têm direito

às melhores coisas?"

CRESCE A REVOLTA

Sobre esse pano de fundo de agudas contradições sociais manifestam-se a insatisfação e a revolta dos camponeses, multiplicam-se suas ações e avança seu movimento. O ponto mais alto da resistência camponesa surgiu com a luta armada do sul do Pará. Os moradores da margem esquerda do Araguaia enfrentam há quase dezoito meses as investidas de milhares de homens das tropas da ditadura, que empregam meios brutais para esmagá-los e aterrorizar o povo da região. Com o apoio de alguns patriotas organizou-se importante grupo guerrilheiro, o qual vem contando com a simpatia e o auxílio da população- Por influência da guerrilha se constituiu na área a União Pela Liberdade e Pelos Direitos do Povo, cujo programa reflete as mais imediatas e sentidas aspirações locais. A ULDP convoca igualmente as massas de todo o país para a revolução popular, conclamando os milhões de brasileiros esquecidos e explorados a se levantarem para varrer com os inimigos da pátria, com as injustiças e alcançar a liberdade e a independência nacional. Nada de semelhante à luta armada do Araguaia apareceu no Brasil nestes últimos cinquenta anos. Ela repercute cada dia com maior intensidade nas vastas zonas vizinhas. Inegavelmente, estão relacionados com a resistência armada do sul do Pará os atos repressivos que atingem os lavradores e religiosos dos municípios de São Felix do Araguaia e de Luciara. E alguns planos e manobras da ditadura na Amazônia são também influenciados pela ação guerrilheira.

No movimento camponês destacam-se outros conflitos contra os latifundiários e os desmandos da ditadura. É o exemplo do povoado de Porto Lacerda, no município matogrossense de Cáceres, onde 150 lavradores, em defesa do seu direito à posse da terra, mataram capangas da Fazenda Vale do Sonho, que queriam enxotá-los à força . Ocuparam o povoado por cinco dias e dinamitaram a ponte que o ligava à sede municipal. Os posseiros se dispunham a enfrentar a Polícia Militar, mas nutriam ilusões quanto ao Exército. Por isso, este foi mobilizado para "apaziguá-los" e desarmá-los . Prometendo respeitar suas posses, não castigá-los, o Exército conseguiu acalmá-los. Prendeu, porém, o líder do movimento, Vivaldo Araujo que, mesmo detido, declarou: "Não adianta tirar o povo a força (...) O pessoal não vai sair assim, à-toa". Na localidade de Pau Ferrado, município de Lago da Pedra, no Maranhão, os posseiros reagiram de maneira idêntica contra os capangas da Sabesa e emboscaram um destacamento da Polícia Militar do Estado, ferindo alguns soldados. Depois embrenharam-se nas matas, dispostos a continuar defendendo suas terras pelas armas.

Em quase todo o país, tanto os posseiros e os semiproletários como os peões estão procurando organizar-se e estudam os melhores meios para sustentar seus direitos contra a ofensiva dos grileiros e as arbitrariedades da ditadura. Aumenta a quantidade de associados dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais, apesar das restrições e do controle a que são submetidas essas entidades. Intensifica-se a campanha de denúncias contra o arbítrio dos fazendeiros e dos militares, ao mesmo tempo que começam a tomar corpo as lutas dos assalariados agrícolas por suas reivindicações e seus anseios.

Torna-se cada vez mais evidente o agravamento do antagonismo entre os latifundiários e o regime militar, de um lado, e as massas de milhões de camponeses sem terra, abandonados e injustiçados, do outro. Este é um problema decisivo para o povo e o país. Sua solução depende da liquidação da velha estrutura fundiária, da entrega da terra aos camponeses, a todos os que a queiram trabalhar. Tem de ser uma reforma agrária radical, democrática, realizada por obra das próprias massas. Mas isto implica, antes de tudo, em pôr abaixo a ditadura protetora dos latifundiários, em conquistar um governo popular revolucionário que assegure efetivamente o poder e todo os direitos para a imensa maioria da nação e impeça a intromissão dos imperialistas norte-americanos. Para alcançar este objetivo, é preciso que o proletariado e seu partido de vanguarda, o Partido Comunista do Brasil, dediquem especial atenção ao movimento camponês, se liguem em primeiro lugar com as suas camadas mais pobres, através do conhecimento de seus problemas e do apoio concreto, firme, às suas lutas. Só assim será possível forjar a aliança operário-camponesa, a grande força social capaz de conquistar a emancipação nacional e a democracia.

A vida está provando que o centro de gravidade de atuação dos comunistas deve ser o interior, onde a ditadura militar é mais débil. As cidades jogam um papel importante e a classe operária é, sem dúvida, a força dirigente, mas as massas camponesas possuem enorme potencialidade de luta, formando o principal contingente do movimento democrático e antiimperialista. A questão-chave da revolução brasileira está no campo.